

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.582.922 - RJ (2019/0270811-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADOS : ILAN GOLDBERG - RJ100643
EDUARDO CHALFIN - RJ053588
BRUNO DO NASCIMENTO GALVAO - RJ185172
AGRAVANTE : CARLA MONIQUE BARRETO DA ROSA
ADVOGADO : LEANDRO BARBOSA DA SILVA - RJ140365
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto por CARLA MONIQUE BARRETO DA ROSA contra decisão que inadmitiu recurso especial por aplicação da Súmula n. 7 do STJ (e-STJ fls. 406/412).

O Tribunal de origem negou provimento aos apelos da recorrente e da recorrida em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 316):

Apelação. Consumidor. Compra e venda de veículo. Financiamento bancário. Transferência de propriedade do veículo que não se operou. Impossibilidade de plena utilização do bem. Banco apelante que atuou de forma coordenada, participando com a loja para a consecução do negócio, ostentando a qualidade de parceiro empresarial. Responsabilidade solidária entre a instituição financeira e a loja revendedora pelos danos causados ao consumidor. Dano moral configurado. Razoável a verba indenizatória fixada em R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Pretensão relativa à rescisão dos negócios jurídicos que não pode ser acolhida. Autora que não incluiu no polo passivo a loja revendedora. Instituição financeira que não detém legitimidade para integrar o polo passivo da relação processual no que pertine à rescisão do contrato de compra e venda, eis que não alienou o veículo. Rescisão do contrato de financiamento de veículo garantido por alienação fiduciária pressupõe o do contrato de compra e venda, do qual é acessório. Precedente desta Corte.
RECURSOS DESPROVIDOS.

No recurso especial (e-STJ fls. 353/362), fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, a recorrente apontou ofensa ao art. 18, § 1º, do CDC, sustentando a tese de que o acórdão recorrido deveria ter reconhecido a solidariedade da recorrida para com a comerciante do veículo.

Alegou violação do art. 85, § 14, do CPC/2015, discordando da condenação ao pagamento de honorários advocatícios, já que obteve a procedência parcial dos pedidos.

Ofereceram-se contrarrazões (e-STJ fls. 390/397).

No agravo (e-STJ fls. 446/457), foram refutados os fundamentos da decisão agravada e alegado o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 464/469).

É o relatório.

Decido.

Em relação à suposta ofensa ao art. 85 do CPC/2015, a tese apresentada pela recorrente, de impossibilidade de condenação ao pagamento de honorários advocatícios, devido à procedência parcial dos pedidos não foi debatida anteriormente, carecendo assim de prequestionamento. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Ao declarar a ilegitimidade passiva da recorrida quanto à pretendida rescisão do negócio jurídico, o TJRJ entendeu que (e-STJ fl. 321):

Por outro lado, não há como se acolher a pretensão relativa à rescisão dos negócios jurídicos.

Com efeito, vê-se que a autora não incluiu no polo passivo a loja revendedora, mas tão somente a instituição financeira, sendo certo que não comprovou que aquela teria encerrado suas atividades, tal qual mencionado na inicial.

Ademais, a instituição financeira não detém legitimidade para integrar o polo passivo da relação processual no que pertine à rescisão do contrato de compra e venda, eis que não alienou o veículo.

Outrossim, a rescisão do contrato de financiamento de veículo garantido por alienação fiduciária pressupõe o do contrato de compra e venda, do qual é acessório e, neste aspecto, deve ser mantido o capítulo da sentença que julgou improcedentes os pedidos de rescisão contratual, bem como de indenização por danos materiais, pois inviabilizado o retorno ao status quo ante.

A Corte de origem reconheceu que a recorrida não detém legitimidade para integrar o polo passivo da relação processual, no que se refere à rescisão do contrato de compra e venda, porque não alienou o veículo. Nesse contexto, afirmou, ainda, que a rescisão do contrato de financiamento do veículo garantido por alienação fiduciária pressupõe a do contrato de compra e venda, não sendo possível, portanto, o pedido de rescisão da compra e venda perante a instituição bancária.

Tal fundamento não foi impugnado no especial, aplicando-se no ponto a Súmula n. 283 do STF.

Além disso, para reformar o acórdão a fim de reconhecer a existência de legitimidade passiva, seria necessário reexaminar fatos e provas, procedimento vedado pela Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo. Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, **MAJORO** os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo. Deferida a gratuidade da justiça na instância de origem (e-STJ fl. 385), deve ser observada a regra do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator